

11 A 13  
DE DEZEMBRO  
DE 2024

EVENTO PRESENCIAL  
NA UFRPE RECIFE



2º Congresso Internacional de Agroecologia  
e Desenvolvimento Territorial (CIADT)

11º Seminário de Agroecologia e  
Desenvolvimento Territorial (SEADET)

TEMA

Agroecologia política, sistemas alimentares e transições agroecológicas



## **O Impacto do Acesso a Mercados Agroecológicos e Políticas Públicas na Autonomia e Renda de Agricultores Familiares: O Caso da Associação ASSIM em Pernambuco**

Cristina Maria De Albuquerque Pontes Calheiros; Email: [cristinacalheiros@yahoo.com.br](mailto:cristinacalheiros@yahoo.com.br);

Horasa Maria Lima Da Silva Andrade; Email: [horasa.silva@ufrpe.br](mailto:horasa.silva@ufrpe.br);

Luciano Pires De Andrade; Email: [luciano.andrade@ufape.edu.br](mailto:luciano.andrade@ufape.edu.br);

**Linha de Pesquisa:** II – Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento

### **1 Introdução**

A agricultura familiar desempenha um papel essencial na produção de alimentos variados e saudáveis, contribuindo para a preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e para a valorização dos conhecimentos tradicionais ligados aos ecossistemas em que está inserida. No entanto, a vida no campo é marcada por desafios intensos, como conflitos pelo acesso à terra, falta de serviços básicos como saúde e educação, além da ausência de infraestrutura adequada, incluindo estradas, saneamento básico e fornecimento de água potável.

Desde a industrialização da agricultura, a agricultura familiar enfrenta ameaças crescentes. Nesse cenário, a agroecologia emerge como uma forma de resistência, oferecendo saberes e técnicas que permitem a permanência dos agricultores em seus territórios. Contudo, obstáculos significativos, como dificuldades no escoamento da produção, limitam seu potencial de geração de renda.

A organização de agricultores em coletivos, como associações ou cooperativas, desempenha um papel crucial no fortalecimento da agricultura familiar. A certificação orgânica participativa é uma dessas formas de organização, que promove acesso a mercados agroecológicos, troca de conhecimentos, trabalho coletivo e acesso a recursos. Garantir o acesso

a mercados é vital para assegurar autonomia e soberania aos pequenos produtores, permitindo maior controle sobre seus meios de subsistência e decisões produtivas. Por isso, políticas públicas direcionadas à agricultura familiar são indispensáveis.

Esta pesquisa está sendo realizada com a Associação de Produtores e Moradores Agroecológicos do Imbé, Marreco e Sítios Vizinhos (ASSIM), localizada na Zona da Mata de Pernambuco, no município de Lagoa de Itaenga. Registrada como Organismo de Controle Social (OCS), a ASSIM possui quase três décadas de organização coletiva, garantindo a produção de alimentos saudáveis, autonomia, geração de renda, e preservação ambiental.

O trabalho justifica-se pela necessidade de reconhecer a importância da conquista de mercados agroecológicos por agricultores familiares, destacando como essa organização impacta positivamente a vida das comunidades rurais. Este resumo é parte de uma pesquisa maior, cujo objetivo principal é compreender como o acesso aos mercados agroecológicos e às políticas públicas impactam a autonomia, geração de renda e qualidade de vida de uma comunidade rural. Especificamente, este estudo analisa o papel das políticas públicas no acesso e consolidação dos mercados agroecológicos.

## **2 Referencial teórico**

Os “mercados aninhados” são descritos por Ploeg *et al.* (2012) como mercados que coexistem com os sistemas maiores e convencionais, mas se organizam de forma distinta, fundamentados em valores sociais, culturais e ambientais. Esses mercados operam em nichos, promovendo princípios como proximidade, qualidade diferenciada, sustentabilidade, equidade e relações de confiança entre produtores e consumidores. Apesar de estarem integrados ao sistema global, mantêm autonomia e resiliência ao priorizar práticas sustentáveis e justas.

Ploeg *et al.* (2022) abordam críticas aos mercados camponeses, incluindo o questionamento sobre o uso do mercado como ferramenta contra o capitalismo e a possibilidade de captura pelo capital, levando à perda de seu potencial transformador. No entanto, os autores destacam que esses mercados possuem características diferenciadas: priorizam a renda do trabalho, são governados pelos trabalhadores e operam com complementaridades em vez de dependências. Assim, representam alternativas concretas às cadeias globais, conectando pequenos agricultores a consumidores que valorizam produtos locais, agroecológicos ou orgânicos. Além disso, políticas públicas têm desempenhado um papel central em fortalecer essas iniciativas, criando sinergias entre o mercado local e as demandas socioeconômicas das comunidades rurais.

Na década de 1970, o conceito de desenvolvimento rural estava focado no aumento da produtividade agrícola para elevar a renda dos agricultores e estimular o crescimento econômico, associado à Revolução Verde e à industrialização no campo (Navarro, 2001). No entanto, a crise social e ambiental, agravada pelas mudanças climáticas, evidenciou a necessidade de revisar esse modelo (Ripple et al., 2020). Atualmente, o desenvolvimento rural busca integrar atividades agrícolas e não-agrícolas, promovendo uma agricultura que atenda às necessidades sociais, como a conservação ambiental e o desenvolvimento local (Ploeg et al., 2000).

Nesse contexto, a agroecologia surge como uma resposta integrada, unindo ciência moderna e saberes tradicionais para garantir segurança alimentar, preservação de recursos naturais, biodiversidade, solo e água (Altieri e Nicholls, 2012).

No Brasil, a agricultura familiar desempenha papel central na produção de alimentos diversos e saudáveis, contribuindo para a preservação ambiental e a valorização dos conhecimentos tradicionais. Essa convivência sustentável com o meio ambiente fortalece a biodiversidade e promove a resiliência dos ecossistemas em que está inserida (IBGE, 2017; Altieri e Nicholls, 2012). Contudo, a agricultura familiar enfrenta desafios significativos, como dificuldades no escoamento da produção, infraestrutura limitada e barreiras logísticas, o que restringe seu potencial econômico.

Redes alternativas de alimentos têm se destacado como solução para superar essas limitações, promovendo conexões diretas e baseadas na confiança entre produtores e consumidores, permitindo que os agricultores tenham maior controle sobre suas práticas e ampliem suas oportunidades de mercado (Török et al., 2024).

A organização de agricultores em coletivos, como associações ou cooperativas, é essencial para fortalecer a agricultura familiar. Essas estruturas facilitam o acesso a recursos, conhecimento técnico e políticas públicas, promovendo maior autonomia e geração de renda para os agricultores. Um exemplo importante é a certificação orgânica participativa, que, além de garantir acesso a mercados agroecológicos, incentiva a troca de conhecimentos, o trabalho coletivo e a preservação de práticas sustentáveis.

Os sistemas participativos de garantia permitem aos agricultores acesso a mercados orgânicos, promovendo sua autonomia na gestão produtiva e no planejamento, além de melhorar a viabilidade econômica, ecológica e social de suas unidades familiares (Santos et al., 2015).

Pernambuco é um exemplo expressivo no cenário nacional, com 31 OCS registrados no MAPA e outros 30 em processo de regularização. Segundo a CPOrg/PE (Comissão de Produção

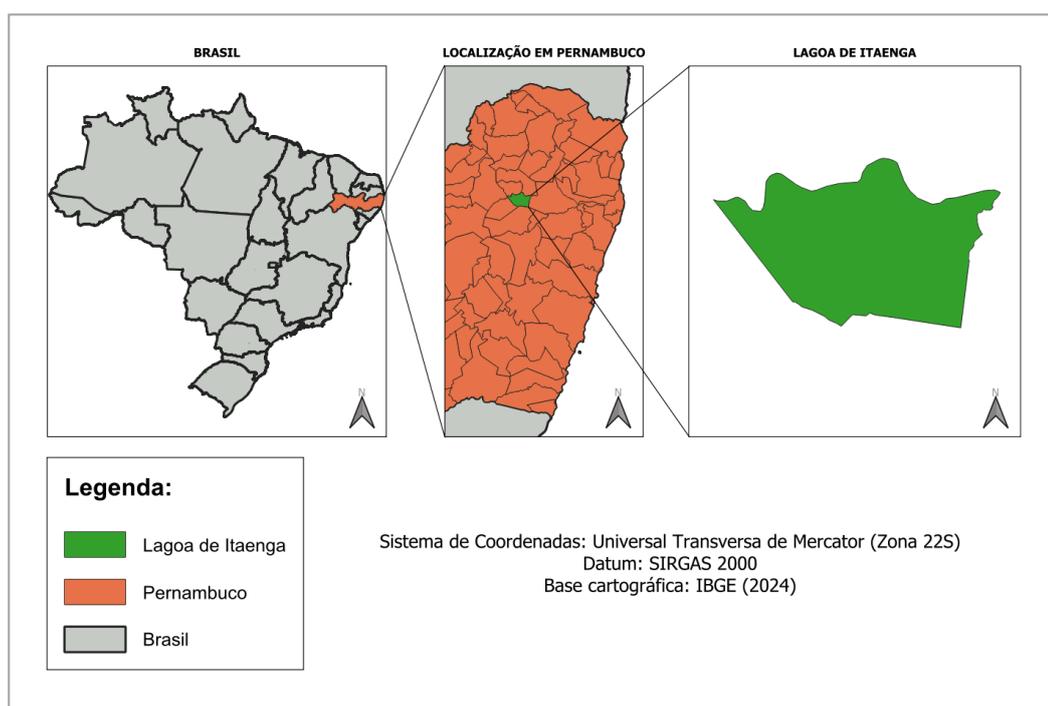
Orgânica de Pernambuco), o estado lidera em número de agricultores orgânicos vinculados a sistemas participativos, com 732 cadastrados via OCS, 280 via OPAC e 51 certificados por auditoria (Santana et al., 2022). Essa trajetória reflete o potencial transformador da agricultura familiar no Brasil, promovendo desenvolvimento rural sustentável e inspirado por práticas agroecológicas.

### 3 Metodologia

A pesquisa está sendo desenvolvida junto à Associação de Produtores e Moradores Agroecológicos do Imbé, Marreco e Sítios Vizinhos (ASSIM), localizada em Lagoa de Itaenga, Pernambuco, a 5 km do centro da cidade. Fundada em 1998, a ASSIM reúne 48 agricultores que abastecem 18 feiras em Recife, região metropolitana, Lagoa de Itaenga e municípios vizinhos.

Lagoa de Itaenga, com 56,131 km<sup>2</sup>, está na Zona da Mata Pernambucana e conta com cerca de 19.915 habitantes (IBGE, 2024), resultando em uma densidade demográfica de 360,65 habitantes/km<sup>2</sup>. Faz divisa com Carpina, Lagoa do Carro, Glória do Goitá, Paudalho, Feira Nova e Limoeiro.

**Figura 1** - Localização do município Lagoa de Itaenga/PE



Fonte: Elaborada pela autora, 2024

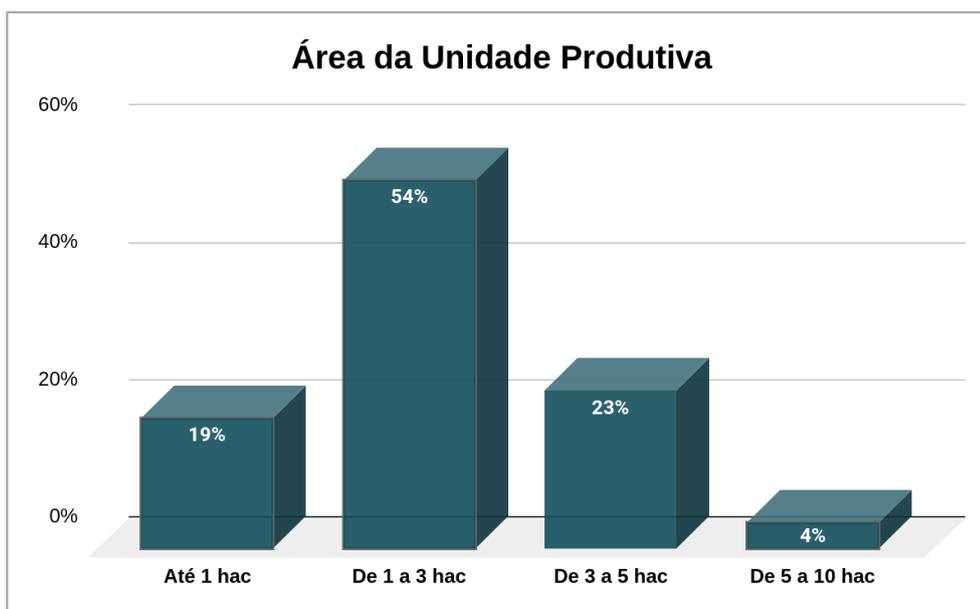
Este estudo qualitativo e exploratório é realizado por meio de um estudo de caso e pesquisa participante. A associação, com quase 30 anos de atuação, oferece um contexto rico que pode inspirar outras iniciativas. A coleta de dados baseou-se em observações de campo e análise documental de informações da própria organização.

A pesquisa participante, conforme Brandão (1981), é essencial para compreender e transformar realidades sociais, envolvendo os pesquisadores ativamente no contexto analisado. Essa abordagem permite captar nuances e dinâmicas que escapam às metodologias tradicionais, além de democratizar o conhecimento e capacitar os participantes como agentes de mudança em suas comunidades.

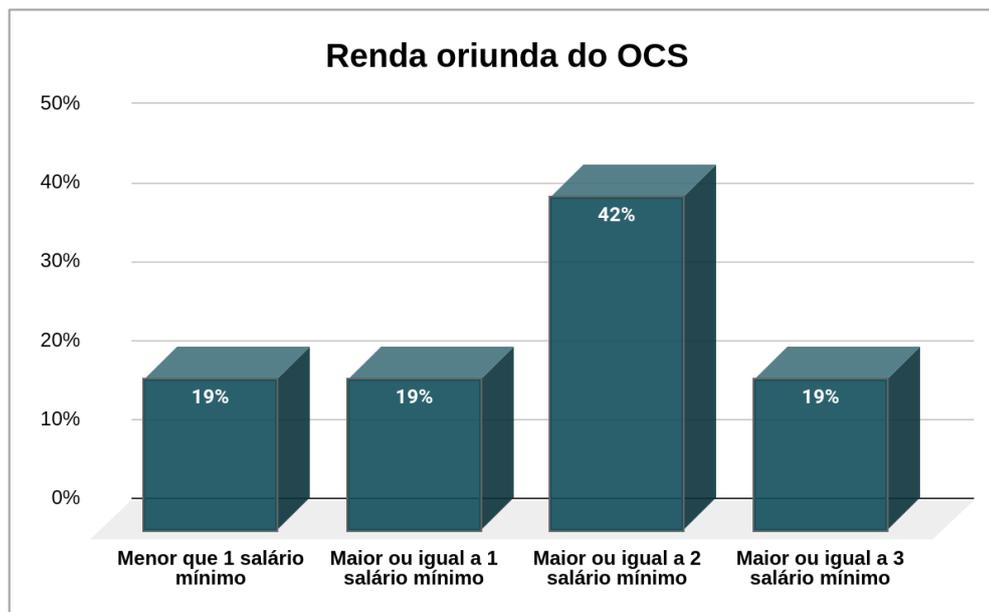
#### 4 Resultados e Discussão

Dos 48 associados da ASSIM, 26 pertencem ao OCS, com 61% sendo mulheres. Esses dados refletem um forte engajamento feminino nas atividades da associação. Esta pesquisa trabalhou com  $n = 26$ , que são os integrantes do OCS. A análise da renda gerada por meio do OCS, junto ao tamanho das unidades produtivas podem ser encontradas abaixo:

**Gráfico 1 - Tamanho das unidades produtivas**



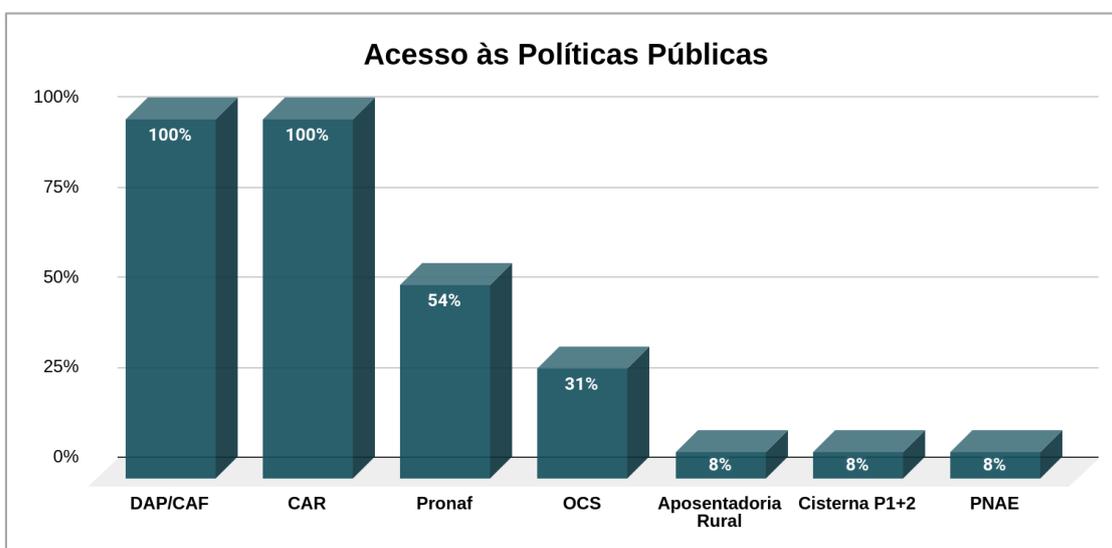
Fonte: Elaborado pela autora, 2024

**Gráfico 2 - Renda gerada por meio do OCS**

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Essas informações revelam a predominância de pequenas propriedades na associação e indicam que a maioria das famílias recebe entre 2 e 3 salários mínimos, refletindo a importância das políticas públicas para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida.

Em relação ao acesso dos integrantes do OCS às políticas públicas temos esses resultados abaixo:

**Gráfico 3 - Acesso dos integrantes do OCS às políticas públicas**

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) são fundamentais para a formalização do OCS, especialmente durante a atualização das Organizações de Controle Social em Pernambuco, que exigia que todos os documentos estivessem em dia. O CAF, regulamentado pelo Decreto Nº 9.064/2017, é um requisito para o acesso às políticas públicas de apoio à produção agrícola familiar.

Como demonstrado, 54% dos agricultores do OCS acessaram crédito do PRONAF, o que lhes permitiu realizar investimentos em suas produções com condições favoráveis de pagamento, período de carência e juros baixos. A acreditação orgânica, concedida através do OCS, permite que os 26 agricultores comercializem seus produtos, principalmente em feiras agroecológicas de Recife e municípios vizinhos. Para essa comercialização, é imprescindível que os agricultores estejam registrados como produtores orgânicos, feito por meio do OCS.

Para garantir a segurança hídrica necessária para o plantio e a criação de animais, a ASA desenvolve o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Na ASSIM, dois integrantes informaram que acessaram este programa, o que assegura a disponibilidade de água em suas unidades produtivas (ASA Brasil, 2024).

Além disso, o acesso ao PNAE possibilitou que 8% dos agricultores da OCS vendessem seus produtos para a merenda escolar. O estabelecimento de mercados agroecológicos é vital para garantir acesso à renda e à segurança alimentar e nutricional, uma vez que permite aos agricultores escoar suas produções a preços justos, conforme estipulado pela legislação de produtos orgânicos (Brasil, 2007). Outras políticas de crédito e de extensão rural oferecem subsídios para um melhor planejamento da produção. O estudo de Dias (2024) aponta que a falta de apoio governamental dificulta a autonomia do grupo de agricultores analisados.

As políticas mais acessadas pelos agricultores são parte da terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, surgida nos anos 2000 com a ascensão do governo Lula, focando na construção de mercados para segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, com a participação de movimentos sociais. Exemplos centrais incluem o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que fortalecem a agricultura familiar e promovem novos mercados institucionais, assim como a certificação orgânica. O CAR e o CAF são essenciais para a sistematização das políticas públicas (Quijada et al., 2020; Grisa e Schneider, 2014).

## 5 Conclusões

A pesquisa demonstra que, embora a organização coletiva e as políticas públicas, como o PRONAF, o PNAE e a certificação orgânica, tenham contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores da ASSIM, ainda há desafios a serem enfrentados, como a ampliação do acesso às políticas públicas e o fortalecimento dos mercados agroecológicos. No andamento da pesquisa queremos descobrir as principais políticas públicas para esses agricultores e quais as maiores dificuldades para que eles acessem e como estas têm sido superadas.

## 6 Agradecimentos

Especialmente ao CNPq pelo apoio essencial concedido através da bolsa de estudo, que tem sido fundamental para a realização desta pesquisa e a Associação ASSIM cujos membros generosamente compartilharam suas informações, permitindo o aprofundamento deste estudo.

## 7 Referências

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecology scaling up for food sovereignty and resiliency. *Sustain. Agric. Rev.*, v. 11, p. 1–29, 2012. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2009/07/01/agroecology-small-farms-and-food-sovereignty/#fn11>. Acesso em: 20 maio 2024.

ASA BRASIL. Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para dispor sobre o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, 1 jun. 2017.

DIAS, Jefferson Levy Espindola. *Desafios e especificidades das dinâmicas de produção e comercialização de orgânicos pela agricultura familiar de Campo Grande/MS*. 2024. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2024.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, supl. 1, p. S125-S146, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDSndRqMPtmf>. Acesso em: 14 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agricultura familiar: resultados do Censo Agro 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pdf/agricultura\\_familiar.pdf](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf). Acesso em: 25 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estimativas da população residente com data de referência em 1º de julho de 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2024/estimativa\\_dou\\_2024.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2024/estimativa_dou_2024.pdf). Acesso em: 25 set. 2024.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

QUIJADA, D. W.; CAVICHIOLI, F. A.; SOARES, N. M. Influência das políticas públicas na agricultura familiar. *Revista Interface Tecnológica*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 340–351, 2020. DOI: 10.31510/infa.v17i1.751. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/751>. Acesso em: 14 out. 2024.

RIPPLE, William J. et al. World Scientists' Warning of a Climate Emergency. *BioScience*, v. 70, n. 1, p. 8–12, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/biosci/biz088>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SANTANA, Paulo José de et al. Family farming and social construction: the advances in the adaptation processes to the conformities of organic and agroecological agriculture in Pernambuco, Brazil. *International Journal of Advanced Engineering Research and Science*, v. 9, n. 12, p. 198-207, dez. 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.22161/ijaers.912.30>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SANTOS et al. A agroecologia e as organizações de controle social nos assentamentos rurais de Iperó SP. *Cadernos de Agroecologia*, v. 10, n. 3, p. 201, 2015.

TÖRÖK, Áron et al. Understanding the relevance of farmers' markets from 1955 to 2022: a bibliometric review. *Journal of Agriculture and Food Research*, v. 16, p. 101108, jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jafr.2024.101108>. Acesso em: 25 set. 2024.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe et al. Reading markets politically: on the transformativity and relevance of peasant markets. *The Journal of Peasant Studies*, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2021.2020258>. Acesso em: 25 set. 2024.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe et al. Rural development through the construction of new, nested markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. *Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 1, p. 133-173, 2012.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe et al. Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000. ISSN 0038-0199.